

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 32

Período: 15 a 19 ago. 2022



Ato n. 32/GP, de 28 de julho de 2022

Dispõe sobre a utilização de videoconferência para a tomada de depoimentos fora da sede do juízo que preside a audiência, e dá outras providências.

Ato n. 266/PR, de 10 de agosto de 2022

Transforma 02 (duas) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo IV, FC-04, vagas nº 271 e 272, em 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo III, FC-03 e 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe, FC-05.

Ato n. 2/GP.VPJ, de 17 de agosto de 2022

Altera o Ato n. 1/GP.VPJ, de 26 de abril de 2022, para dispor sobre os procedimentos adotados quando exaurida a atuação do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos – CEJUSC-JTCC, e dá outras providências.

Ato n. 36/GP, de 11 de agosto de 2022

Altera a denominação da Seção de Gestão Socioambiental e dá outras providências, na forma que especifica.

Ato n. 37/GP, de 11 de agosto de 2022

Altera o Ato n. 27/GP, de 19 de outubro de 2015, para estabelecer o Núcleo de Governança das Contratações na estrutura organizacional da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações e para estabelecer a Divisão de Licitações na Coordenadoria de Compras e Licitações, na forma que especifica.

Portaria n. 26/GP, de 16 de agosto de 2022

Determina a suspensão do expediente e do atendimento ao público presenciais, bem como as audiências presenciais e semipresenciais no Fórum Trabalhista da Praia Grande, na forma que especifica.

Ato n. 267/PR, de 10 de agosto de 2022

Altera a nomenclatura de 01 (um) Cargo em Comissão de Assistente Técnico Administrativo, CJ-01, vaga nº 34, em 01 (um) Cargo em Comissão de Diretor de Divisão, CJ-01.

Órgãos de interesse

Ministério do Trabalho e Previdência

Ato n. 511/GDGSET.GP, de 16 de agosto de 2022

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do

[Portaria Conjunta n. 20/MTP.INSS, de 17 de agosto de 2022](#)
Prorroga o prazo de vigência da Portaria Conjunta n. 7/MTP.INSS, de 28 de julho de 2022, que, na forma do § 14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. (Processo nº 10128.104313/2022-77).

TST

[Ato n. 490/TST.GP, de 15 de agosto de 2022](#)
Atualiza as medidas e orientações para o funcionamento das atividades presenciais no Tribunal Superior do Trabalho e torna facultativo o uso de máscaras de proteção facial nas dependências da Corte.

Altera dispositivo da Resolução Administrativa n. 1970, de 20 de março de 2018, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 671/CFFA, de 22 de julho de 2022](#)
Dispõe sobre a inclusão de parágrafo único no art. 14 da Resolução n. 649/CFFA, de 3 de março de 2022.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 62, de 2022](#)
Prorroga a vigência da Medida Provisória n. 1.124, de 13 de junho de 2022, que altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão, por sessenta dias.

[Congresso Nacional, n. 65, de 2022](#)

Declara que a Medida Provisória n. 1.110, de 28 de março de 2022, que dispõe sobre o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, teve prazo de vigência encerrado.

Poder Legislativo

[Lei n. 14.437, de 15 de agosto de 2022](#)
Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

